

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2614/2018-PGJ, DE 31.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2205/2018-PGJ, de 28.6.2018, publicada no DOMP nº 1764, de 29.6.2018, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 2º semestre de 2018:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.:98478-2122
6 (18h01min) a 13.8.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
17 (18h01min) a 24.9.2018 (7h59min)	Aroldo José de Lima

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.:98478-2122
6 (18h01min) a 13.8.2018 (7h59min)	Aroldo José de Lima
17 (18h01min) a 24.9.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2613/2018-PGJ, DE 31.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Juliano Albuquerque	10	6 a 10.8.2018
		20 a 24.8.2018
Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	30	1º a 30.8.2018
Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho	30	15.8 a 13.9.2018
Marcos André Sant'Ana Cardoso	30	3.8 a 1º.9.2018
Paulo Leonardo de Faria	30	10.7 a 8.8.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2520/2018-PGJ, DE 23.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.8.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Pedro Bordignon Bruel, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2599/2018-PGJ, DE 30.7.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Caroline Pereira Finger, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.7.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2605/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, no período de 25.7 a 3.8.2018, as férias concedidas à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, alterada pela Portaria nº 1319/2018-PGJ, de 12.4.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2606/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 27.7.2018, as férias do servidor Caio Ferreira Campos, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, alterada pela Portaria nº 470/2018-PGJ, de 31.1.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 2 a 9.5.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2607/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 23.7.2018, as férias da servidora Janaina Ferreira Domingos, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, alterada pela Portaria nº 853/2018-PGJ, de 6.3.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 30.7 a 1º.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2608/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.7.2018, as férias da servidora Cynthia Maria Souza da Silveira, concedidas por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2609/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 26.7.2018, as férias da servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, concedidas por meio da Portaria nº 3913/2017-PGJ, de 14.11.2017, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 15 a 17.10.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2611/2018-PGJ, DE 31.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 10.8.2018, em razão de férias do servidor Gabriel Damião Amaral Silveira.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2610/2018-PGJ, DE 30.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2015/2016	6 a 15.11.2017	10 a 19.9.2018		26.11 a 5.12.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2016/2017	8 a 17.1.2018	4 a 13.7.2018	1º a 10.10.2018	
Guilherme de Souza Bonifácio	2015/2016	4 a 13.6.2018	15 a 24.10.2018		18 a 27.6.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Costa da Silva	2015/2016	18.6 a 7.7.2018			21 a 30.1.2019

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cleide Silva de Souza	2017/2018	1º a 20.12.2018			1º a 10.8.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2015/2016	6 a 15.11.2017	24.9 a 3.10.2018		26.11 a 5.12.2017

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2016/2017	8 a 17.1.2018	4 a 13.7.2018	5 a 14.11.2018	
Guilherme de Souza Bonifácio	2015/2016	4 a 13.6.2018	1º a 10.8.2018		18 a 27.6.2018

PORTARIA Nº 1969/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Costa da Silva	2015/2016	18.6 a 7.7.2018	30.7 a 8.8.2018		

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cleide Silva de Souza	2017/2018	1º a 20.12.2018			2 a 11.7.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2612/2018-PGJ, DE 31.7.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 27 e 30.7.2018, 10 e 13.8.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, e de 10 a 19.9.2018, em razão de férias da servidora Liliane Rosa da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JULHO DE 2018.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de processo:****1. Processo PGJ/10/1639/2016.**

Requerente: Camila Augusta Calarge Doreto, Promotora de Justiça.

Assunto: Licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, oferecido pela Universidade de Girona/Espanha, em parceria com IDH, Instituto de Direito e História”.

Relator Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, concedeu licença de 1 (um) mês a partir de 06 de agosto de 2018 a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, nos termos do voto do Relator.

7.1.2. Promoção:**1. Processo PGJ/10/2444/2018.**

Expediente: Aviso nº 12/2018/CSMP, de 27.6.2018, publicado no DOMPMS nº 1.763, em 28.6.2018. Assunto: Promoção, pelo critério de merecimento, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância. Inscritos para promoção: Drs. Victor Leonardo de Miranda Taveira, Thiago Bonfatti Martins, Andréa de Souza Resende, Bianka Machado Arruda Mendes, Matheus Carim Buckner e Fábio Adalberto Cardoso de Moraes.

Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça os nomes dos Promotores de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira e Thiago Bonfatti Martins para compor a lista tríplice e para complementação da lista, à unanimidade, o nome da Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para promoção pelo critério de merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000882-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: União Indústria de Suplementação Animal Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da empresa União Indústria de Suplementação Animal Ltda., tendo em vista as reclamações acerca da emissão atmosférica de material particulado e poluição sonora.

EMENTA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARACAJU/MS - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS – UNIÃO INDÚSTRIA DE SUPLEMENTAÇÃO ANIMAL LTDA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CUMPRIMENTO INTEGRAL - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - ADEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA - RUÍDOS DENTRO DOS PADRÕES PERMITIDOS PELA NBR 10151/00 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado nos autos que o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido integralmente pela Empresa União Indústria de Suplementação Animal Ltda, e, que as medidas necessárias para a efetiva proteção ambiental foram realizadas, vez que houve a implementação de abafador de ruídos nos equipamentos da empresa, que vem produzindo ruídos dentro dos parâmetros permitidos pela NBR 10151/00. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que as irregularidades ambientais foram mitigadas e o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 2/2011

8ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Penitenciária Estadual do Mato Grosso do SUL - PED

Assunto: Apurar as condições da Penitenciária Estadual de Dourados (PED) no tocante ao direito à saúde do preso.

EMENTA – 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS – APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS/MS – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE - PNSAISP – CADASTRAMENTO DA EQUIPE DE SAÚDE NO CNES - CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não subsiste motivos para continuidade das investigações, porquanto, o objetivo que se buscava fora atingido, vez que através do esforço conjunto entre o Estado e Município fora implementado o PNAISP- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privativas de Liberdade e formada a equipe de Saúde da Penitenciária Estadual de Dourados, bem como efetivou-se o cadastramento da referida equipe no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Deste modo, não subsistindo diligências a serem realizadas, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 11/2017

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o cumprimento da legislação municipal quanto à concessão da licença de localização e funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS – IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS – BARES, CLUBES E CONVENIÊNCIAS – AUSÊNCIA DE ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO – PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO ALHEIO – DECRETO MUNICIPAL Nº 219/2017 – PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS – FISCALIZAÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO-CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR – IRREGULARIDADES SANADAS – APRESENTAÇÃO DOS ALVARÁS – EMISSÃO DE RUÍDOS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA NBR 10.151 E 10.152 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restou comprovado através das vistorias realizadas pelo Setor de Fiscalização do Município de Sidrolândia, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar nos estabelecimentos investigados, que as medidas necessárias para adequação dos referidos locais foram realizadas a contento, tanto em relação a obtenção dos alvarás de funcionamento e de operação quanto em relação a perturbação do sossego alheio. Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que as irregularidades ambientais foram mitigadas e o arquivamento do feito é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 12/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, quanto ao atraso no repasses de contribuições previdenciárias descontadas de servidores públicos municipais ao NAVIRAIPREV no mês de novembro de 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR AUSÊNCIA DE REPASSE DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS AO NAVIRAIPREV- SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – REPASSE REALIZADO DE FORMA PARCIAL – VERBA REMANESCENTE NOS COFRES PÚBLICOS- COMPROVAÇÃO DE REPASSE INTEGRAL DOS VALORES – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO E DE DOLO NA CONDUTA DO AGENTE PÚBLICO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando a comprovação de que inexistiu dolo ou culpa grave na omissão de parte dos repasses ao Instituto de Previdência do Município de Naviraí, vez que constatou-se que os repasses dos descontos efetuados aos servidores municipais foram feitos de forma fragmentada, e, mesmo que intempestivos, foram repassados integralmente ao Naviraiprev, não ocasionando dano ou prejuízo ao erário público municipal, é de se ter ausente à caracterização de ato de improbidade administrativa, razão pela qual a Promoção de Arquivamento deve ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 19/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Pedra Branca

Assunto: Apurar a notícia oriunda do Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - PGJ/MS de eventual ilícito ambiental na fazenda Pedra Branca, localizado em Bodoquena, a necessidade de regularizar a área de reserva legal junto ao órgão ambiental e a degradação em área de preservação permanente junto ao órgão ambiental.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA - MS – IRREGULARIDADES AMBIENTAIS ENCONTRADAS NA FAZENDA PEDRA BRANCA - MIRANDA/MS – INFRAÇÃO AMBIENTAL –NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – FIRMAMENTO DO TAC- TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - ÁREA DE RESERVA LEGAL REGULARIZADA — CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS MITIGADAS - ARQUIVAMENTO. Restando comprovado que o TAC foi cumprido integralmente e que as medidas necessárias para alcançar a devida proteção ambiental no imóvel rural Fazenda Pedra Branca foram implantadas pelo compromissário através do isolamento da área de preservação permanente e da inscrição da área de reserva legal da propriedade no CAR/MS junto ao IMASUL. Desse modo, não há razão para o prosseguimento do feito, vez que o imóvel encontra-se em conformidade com a legislação ambiental em vigor e o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002149-4**

49ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade de contrato para prestação de serviços firmado entre “Associação Beneficente de Campo Grande Santa casa” e a Empresa “Norge Pharma Comércio de Medicamentos e Materiais de Soluções em Saúde Ltda.”.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR A REGULARIDADE DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE “ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE-SANTA CASA” E A “EMPRESA NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA.”, EM CAMPO GRANDE/MS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que não restou configurado eventual ato de improbidade administrativa, uma vez que conforme solicitação do “Parquet”, a “Associação Beneficente de Campo Grande Santa Casa” apresentou planilha detalhada, contendo informações capazes de comprovar que houve

redução de gastos no montante de R\$ 860.244,10 em razão da contratação da “Norge Pharma Comércio de Medicamentos e Materiais de Soluções em Saúde Ltda.”. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Notícia de Fato nº 01.2018.00001919-2 – RECURSO

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Igor José Casotti

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – RECLAMAÇÃO QUE NOTICIOU QUE TRÊS POSTES DA AVENIDA ENGENHEIRO AMÉLIO CARVALHO BAÍS (NºS 244, 254 E 264), BAIRRO SANTO AMARO, ESTARIAM COBERTOS DE ÁRVORES, QUE OBSTRUEM A ILUMINAÇÃO PÚBLICA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO – MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO.

A decisão ministerial louvou-se no Relatório Técnico nº 018/2018-03 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, constatando-se que a iluminação pública no Bairro Santo Antônio está funcionando de forma eficiente, após a realização de podas das árvores que estavam obstruindo a iluminação pública na Avenida Engenheiro Amélio Carvalho Baís (nºs 244, 254 e 264). Como bem ressaltou o Relatório Técnico nº 018/2018-03 “Vale ressaltar que, de acordo com a legislação vigente, é vedada a poda excessiva ou drástica de árvores, que afete significativamente o desenvolvimento natural da copa (art. 19, §2º da Lei Complementar n. 184, de 23 de setembro de 2011).” Na verdade, o requerente pretendia que fosse executada a denominada poda radical, o que é vedado pela legislação, como bem explicitado acima. As fotos apensadas ao Relatório Técnico em questão bem demonstraram que a iluminação pública no local passou a funcionar de forma satisfatória. Com isso, voto pelo não provimento do presente Recurso Administrativo, mantendo-se o arquivamento da Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso, mantendo o arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 49/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento do transporte escolar rural pelo município de Bandeirantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO FORNECIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL PELO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/MS – DENÚNCIA – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As diligências empreendidas foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, uma vez que após a provocação ministerial, a Secretaria Municipal de Obras de Bandeirantes/MS informou que as pontes que compõem as estradas rurais da região em referência se encontram em perfeito estado de conservação, encontrando-se em condições de tráfego e uso (fls. 278/286), o que restou confirmado após contato telefônico com os declarantes, oportunidade em que afirmaram que o transporte escolar foi devidamente regularizado. No decorrer do trâmite do procedimento, constatou-se que o DETRAN/MS realizou vistoriais nos veículos utilizados para o transporte escolar municipal, bem como restou demonstrado a capacitação profissional dos condutores (fls. 184/219). Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 5/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Mundo Novo

Assunto: Avaliar os locais de depósito de resíduos sólidos de Mundo Novo e sua adequação ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVALIAR OS LOCAIS DE DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE MUNDO NOVO E SUA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL– DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00002077-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a

possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002077-7-fls.540/550), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 7/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Alcínópolis

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na ausência de recolhimento de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL –IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DO ITBI NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS –DECADÊNCIA DO DIREITO DE GERAR CRÉDITO TRIBUTÁRIO PARA COBRANÇA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que ao registrar em cartório a transferência de imóvel em decorrência de compra e venda, o comprador declarou valor a menor afim de se eximir de pagar o valor correto do ITBI. Ocorre que o fato gerador ocorreu no ano de 2002, e desse modo decorreu o prazo decadencial de 05 (cinco) anos para a possível cobrança do crédito tributário. Ademais, o valor do imposto foi calculado levando em conta tabela da Prefeitura de Alcínópolis que realizou a avaliação do imóvel conforme a sua localização. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 4/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivaldo Gonçalves Medeiros, ex-prefeito de Bandeirantes

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa praticados, em tese, por Ivaldo Gonçalves Medeiros, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Bandeirantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES – APURAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REJEITADAS PELO TCE/MS – EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1998, 1999, 2000, 2001, 2003 e 2004 – APROVAÇÃO DAS CONTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE INSANÁVEL OU DESVIO DE RECURSO PÚBLICO EM BENEFÍCIO PRÓPRIO DO EX-PREFEITO INVESTIGADO OU ALHEIO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INOCORRÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Correto o arquivamento de inquérito civil instaurado para apurar as contas do Município de Bandeirantes nos exercícios de 1998, 1999, 2000, 2001, 2003 e 2004 inicialmente rejeitadas pelo TCE/MS quando, após diligências do Órgão de Execução, verificou-se a aprovação das contas pela Câmara Municipal, ante a inexistência de irregularidade insanável ou desvio de recurso público em benefício próprio do ex-Prefeito investigado ou alheio, e a ausência de prejuízo ao erário.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 14/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na licitação para aquisição de merenda escolar pelo município de Três Lagoas, no período de 2012 a janeiro de 2015, e dispensa de licitação manejada no início de 2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS – APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PARA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS ANOS DE 2012 E 2015 – MALVERSAÇÃO DAS VERBAS PÚBLICAS – INOCORRÊNCIA – LESIVIDADE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO – INEXISTÊNCIA – DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO JUSTIFICADA – GARANTIA DO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO SEM MAIORES ATRASOS NO CALENDÁRIO ESCOLAR – PREGÕES PRESENCIAIS

VALIDAMENTE REALIZADOS – EFETIVO CUMPRIMENTO DOS OBJETOS DOS CERTAMES – AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE COZINHA PARA MELHORIA DO SERVIÇO PRESTADO – DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS – OBJETO EXAURIDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivar-se inquérito civil instaurado para averiguar a licitude da Dispensa n. 1669/2015 e dos Pregões presenciais n. 134/2012, 15/2015, 19/2015 e 20/2015, quando, após diligências de investigação, restou constatado que não foram encontradas irregularidades nos procedimentos de licitação, tampouco malversação das verbas municipais ou lesividade ao patrimônio público, porquanto efetivamente cumpridos os objetos dos certames, com o fornecimento emergencial de gêneros alimentícios nas unidades de ensino de rede municipal em tempo hábil a não causar maiores atrasos no calendário escolar, e a provisão de utensílios e mobiliários de cozinha para melhoria do serviço prestado.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 9/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal quanto à omissão em responder requerimentos administrativos, contrariando o disposto no art. 5º, incisos XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE COXIM – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA OMISSÃO NA DEMORA EM RESPONDER A PEDIDO DE REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO READAPTADO - INEXISTÊNCIA DE ATO ÍMPROBO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OMISSÃO ILEGAL OU ABUSIVA POR PARTE DO EX-PREFEITO MUNICIPAL – RETARDAMENTO NA ANÁLISE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DEMORA JUSTIFICADA – POSTERIOR CUMPRIMENTO DO PEDIDO DE REMOÇÃO NO SETOR REQUERIDO – DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS – CONSTATAÇÃO DA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA – INTERESSE INDIVIDUAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA EVENTUAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1 - Não há falar em ato de improbidade administrativa no caso investigado em Inquérito Civil instaurado para apurar suposta omissão na demora em responder a pedido de remoção de servidor público municipal readaptado, eis que se trata de mero retardamento na análise de requerimento administrativo específico de remoção para determinado setor, demora esta justificada pela existência de processo judicial já em curso, ao tempo da instauração do IC sobre os mesmos fatos, bem assim constatado que todos os requerimentos de remoção foram atendidos pelo município, inclusive com o acolhimento da transferência do servidor para a Secretaria Municipal de Educação outrora requerido, pelo que se vislumbra atendida a pretensão do servidor municipal, com o consequente exaurimento do objeto dos autos, tornando-se imperioso o arquivamento do feito, aliás, de natureza individual. 2 - Eventuais omissões em requerimentos administrativos ensejam violação a direito líquido e certo do acesso à informação, sendo o Mandado de Segurança a via mais adequada para solucionar o caso, não se subsumindo justa causa para eventual Ação Civil Pública, conforme pacífica jurisprudência.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 65/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Loteamento Miralobra

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Loteamento Miralobra, de propriedade de Walter Batista e outros, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO LOTEAMENTO MIRALOBRA – MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante comprovação da regularidade da área de reserva legal através da juntada do CARMS0039355 e CARMS0039374 e dos mapas (fls. 164-179). Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

2. Inquérito Civil nº 73/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel denominado Praia do Coqueiro - Lote 78

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Praia do Coqueiro - Lote 78, de propriedade de Elton Pinheiro Karrú, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL DENOMINADO PRAIA DO COQUEIRO LOTE 78 –MEDIDAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante comprovação da regularidade da área de reserva legal através da juntada do CARMS0031720 (fl. 134). Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 46/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Cedral, localizado no município de Antônio João.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – MEIO AMBIENTE – APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA CEDRAL”, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Comprovação nos autos de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (fls. 51-52), bem como a confirmação da recuperação da área de preservação permanente através do PRADA (fls. 55-65), e, também, do Laudo de instalação da fossa séptica junto com a ART (fls. 70-76) e do comprovante de depósito referente à compensação do dano ambiental causado na área (fl. 80) Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001184-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Queiroz Celestino

Assunto: Apurar eventual desmatamento em área equivalente a 54,36 hectares de vegetação nativa, fora da área de reserva legal, sem autorização do órgão competente, na Fazenda Nova Água Limpa, no município de Alcínópolis-MS, de propriedade de Joaquim Queiroz Celestino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM – MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO EM ÁREA EQUIVALENTE A 54,36 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, FORA DA ÁREA DE RESERVA LEGAL, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, NA FAZENDA NOVA ÁGUA LIMPA - CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007- PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001396-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Defesa Civil de Deodápolis

Requerido: Luiz Vieira da Silva, vulgo Lula

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual ilícito ambiental ocorrido no imóvel rural localizado na 9ª linha, km 2,5, nascente no Município de Deodápolis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL ILÍCITO AMBIENTAL OCORRIDO NO IMÓVEL RURAL LOCALIZADO NA 9ª LINHA, KM 2,5, NASCENTE NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC celebrado atende à defesa dos interesses tutelados neste inquérito civil, bem como está em conformidade com o que estabelece a Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, sendo fundamento suficiente para o arquivamento. Instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público e dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007- PGJ. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001966-6 - SIGILOS**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000635-0 - SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Corumbá

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 31 de julho de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/FEADMP/2015**

Processo PGJ/10/1686/2015

Partes:

1 – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado por seu Procurador-Geral Adjunta de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – BANCO DO BRASIL S.A., representada por Lucimar Lacerda de Melo.

Amparo Legal: artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Reajuste das tarifas pactuadas para os serviços de acolhimento de depósitos identificados para o valor de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vigência: 24.07.2018 a 24.07.2019.

Data da assinatura: 27.07.2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº72/PGJ/2017.

Processo PGJ/10/2052/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – J R S DE AQUINO-ME, representada por José Roberto Santos de Aquino.

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 20/PGJ/2017

Amparo Legal: Artigo 57, inciso II e artigo 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 (e suas alterações).

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, referente a prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva das subestações de transformação e grupos motogeradores de emergência instalados nos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de Justiça da Capital – Unidade Rua da Paz e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) nesta Capital; e o reajuste do valor anual contratado em R\$19.980,24 (dezenove mil, novecentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos), pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Valor anual total estimado: R\$307.980,24 (trezentos e sete mil, novecentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: 01/08/2018 a 01/08/2019.

Data de assinatura: 30 de julho de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003511 DE 25.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2681/2018.

Credor: COM GRAF GRAFICA E EDITORA LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Serviço de impressão de cartão de visita, papel couchê fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades (item 31)

Valor: R\$140,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003511 de 25.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE003613 DE 30.07.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2750/2018.

Credor: ART VÍDEO EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 48/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 17/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de fita adesiva de filme de polipropileno biorientado, marrom, adesivo à base de resina e borracha sintética, medindo aproximadamente 45mm de largura (admitindo-se 2mm para mais ou para menos) e no mínimo 45m de comprimento. Marcas de referência: 3M Scotch, Adere e Adelbrás. Marca: Adere (item 6).

Valor: R\$1.090,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE003613 de 30.07.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0033/2018/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002318-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marialba Piovesan ME

Terceiro: Marialba Piovesan

Assunto: Flora

Objeto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, revelada pela formação de estoque de madeiras serradas, sem cobertura ou em desacordo com o documento de origem florestal - DOF.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 08/2015/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 30 de julho de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA**EDITAL Nº 0009/2018/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002215-3, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002215-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jair Boni Cogo

Assunto: Apurar a existência de desvios de função de servidores públicos no âmbito da Prefeitura de Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 25 de julho de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0112/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001686-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001686-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim – MS

Assunto: Apurar a legalidade do requisito de admissão exigido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Coxim, no edital do concurso publicado em 2016, para a contratação de professores para a Educação Infantil (licenciatura plena em pedagogia, com habilitação para educação infantil ou licenciatura plena em normal superior, com habilitação para a educação infantil), os quais supostamente estariam em contradição com os requisitos de formação acadêmica exigidos pela LDB.

Coxim/MS, 31 de julho de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0111/2018/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001127-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Alcinópolis/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Alcinópolis/MS, bem como a contratação de empresas terceirizadas para o exercício de função pública, em detrimento de candidatos aprovados em concursos público, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 021/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 18 de julho de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL N° 021/2018

A Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002259-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual ocupação irregular nas imediações da Rua dos Buritis, no Bairro Santo Antônio, Município de Paranaíba.

Paranaíba, 30 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

EDITAL N° 022/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002260-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo em razão da nomeação do cônjuge do Prefeito Municipal para o cargo de Secretária Municipal de Cultura do Município de Paranaíba.

Paranaíba, 30 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

ORDEM DE SERVIÇO N. 0001/2018/02PJ/PNB

Estabelece as diretrizes de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba-MS.

O titular da 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE Paranaíba0/MS, Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que faz uso regular do Sistema SAJ-MP, o qual confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”;

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 203, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: “Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: “O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa”;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar aos servidores de apoio (Assessoria Jurídica e Técnica Administrativo) lotados nesta Promotoria a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

a) juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fatos e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos, certificando-se a providência;

b) recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o servidor (Técnica e, na sua ausência, Assessor) deverá cadastrá-lo no protocolo do sistema SAJ-MP, apor a etiqueta de identificação com o número de protocolo gerado pelo sistema, e promover, imediatamente, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea “a”, deste artigo, lançando a respectiva certidão e promovendo as baixas necessárias à alimentação do Sistema.

c) caso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o servidor (Técnica e, na sua ausência, Assessor) deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos, certificando a medida;

d) realizada a juntada, os documentos físicos deverão remanesecer arquivados com a anotação “juntado em autos eletrônicos” indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

Art. 2º - Após a realização de juntada, o servidor (Técnica e, na sua ausência, Assessor) fará imediatamente a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila “Aguarda Análise do Promotor”, do SAJ-MP.

Art. 3º - O servidor (Técnica e, na sua ausência, Assessor) deverá, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho manual. Parágrafo único - O servidor (Técnica e, na sua ausência, Assessor) deverá arquivar e finalizar os protocolos (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

Art. 4º - Em similitude ao que ocorre no âmbito do Poder Judiciário (art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 - Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário) e tendo em vista que a desburocratização (com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente) permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público, fica delegada ao servidor (Técnica e na sua ausência Assessor) responsável pelo serviço de apoio a atribuição para redigir e encaminhar mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

Publique-se no DOMPMS.

Fixe-se cópia no quadro de avisos desta na Promotoria de Justiça.

Encaminhem-se cópias, via e-mail, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento. Cumpra-se.

Paranaíba, 27 de Julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0101/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002063-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002063-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jean Clayson Martins

Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado Fazenda Serrinha Parte II.

Ponta Porã/MS, 30 de julho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0102/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001688-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001688-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar dano em área de preservação permanente localizada na zona urbana do Distrito de Sanga Puitã, bem como acompanhar a atuação do município de Ponta Porã/MS na responsabilização dos infratores.

Ponta Porã/MS, 31 de julho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0103/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001691-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001691-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a legalidade da dispensa de licitação para o serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, realizando contrato de prestação de serviços com a Empresa Podium Serviços Ambientais Ltda.

Ponta Porã/MS, 31 de julho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0104/2018/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001950-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001950-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Estabelecimento Penal Ricardo Brandão de Ponta Porã/MS - IC - 54/2014

Ponta Porã/MS, 31 de julho de 2018

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BANDEIRANTES

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 02/2015**RECOMENDAÇÃO N. 0003/2018/PJ/BND**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça na Comarca de Bandeirantes/MS, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 8.625/1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 44 da Resolução n. 015/2007 - PGJ/MS, de 27 de novembro 2007, e:

CONSIDERANDO a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser dever do Estado (em sentido amplo) assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos do artigo 227, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO que é diretriz da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a municipalização do atendimento, segundo o disposto no artigo 88, inciso I, da Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO a responsabilidade primária e solidária do poder público na aplicação das medidas específicas de proteção, entre as quais está o acolhimento institucional, nos termos do artigo 100, inciso III, da Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO que o serviço de acolhimento institucional na modalidade abrigo institucional é previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social) como serviço de proteção especial de alta complexidade e que o MUNICÍPIO DE JARAGUARI dispõe apenas de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destinado aos serviços de proteção social básica às famílias, nos termos do artigo 6º-C, § 1º, da Lei n. 8.742/93;

CONSIDERANDO que a instrução do presente Procedimento Administrativo revelou que o Abrigo Alternativo de Bandeirantes (Laura Vicuña), mantido pelo MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, realiza o acolhimento de crianças residentes no MUNICÍPIO DE JARAGUARI e que este, a despeito da existência da Lei Municipal n. 853/2016, a qual “institui o serviço de acolhimento em família acolhedora em Jaraguari/MS”, não vem cumprindo o Programa Municipal de Acolhimento Familiar e não possui convênio ou instrumento congênere com o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, regulando o acolhimento institucional, descumprindo, pois, a diretriz da municipalização do atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas, nos termos do artigo 1º, caput, da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da máxima utilidade e efetividade, do caráter preventivo e corretivo, da resolutividade e da segurança jurídica que regem a recomendação (artigo 2º, incisos VII, IX, X e XI da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público);

RECOMENDA ao MUNICÍPIO DE JARAGUARI, na pessoa do Prefeito Municipal, EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, que, em observância aos princípios e dispositivos constitucionais e legais citados:

- formalize convênio ou instrumento congênere com o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, regulando o acolhimento institucional de crianças residentes em Jaraguari/MS pelo Abrigo Alternativo de Bandeirantes (Laura Vicuña) ou adote as medidas administrativas e normativas tendentes à efetiva aplicação do Programa Municipal de Acolhimento Familiar, instituído pela Lei Municipal n. 853/2016.

Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis e comunicadas por escrito a esta Promotoria de Justiça, com cópia dos respectivos documentos comprobatórios.

Requisita-se, ademais, a adequada e imediata divulgação, por meio dos veículos oficiais de imprensa do MUNICÍPIO DE JARAGUARI.

O descumprimento desta recomendação poderá ensejar o ajuizamento de medidas cabíveis para a solução da irregularidade, bem como para a responsabilização pessoal de agentes públicos.

Encaminhe-se cópia ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Bandeirantes/MS e ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito de Bandeirantes/MS, para conhecimento.

Publique-se no DOMP.

Bandeirantes, 17 de julho de 2018

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA
Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 17/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000052-6

Requerente: Valdomiro da Silva

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar eventual assoreamento de nascente em decorrência de obra de infraestrutura da Prefeitura Municipal de Inocência/MS.

Inocência-MS, 24 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 18/2018

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002305-2

Requerente: José Arnaldo Ferreira de Melo

Requerido: Antônio Ângelo Garcia dos Santos e Outro

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na remissão de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à Construtora Sanches Tripolini LTDA.

Inocência-MS, 27 de julho de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2018.00001958-1

A Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, Centro, em Nioaque/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001958-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: César Uehara

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominada Fazenda U6, de propriedade de César Uehara, em decorrência de possível desmatamento de duas áreas, totalizando 12,51 ha.

Nioaque, 26 de julho de 2018

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça